

**EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO
ESPECIAL Nº 929.123 - SC (2016/0151561-0)**

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
EMBARGANTE : JONECIR OSTROWSKI LUKASZEWSKI
ADVOGADO : JONECIR OSTROWSKI LUKASZEWSKI (EM CAUSA
PRÓPRIA) - SC016324
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por JONECIR OSTROWSKI LUKASZEWSKI contra decisão de minha lavra que indeferiu liminarmente os embargos de divergência (e-STJ fls. 1.575/1.579).

Nos presentes embargos, o embargante alega a ocorrência de contradição, uma vez que "houve sim a exposição dos fatos e argumentos expostos nos embargos de divergência apresentados" (e-STJ fl. 1.586).

Requer o provimento dos aclaratórios, a fim de "adequação do julgado, sendo reconhecida a contrariedade entre a realidade dos autos e a decisão proferida que indeferiu liminarmente os embargos de divergência apresentado" (e-STJ fl. 456).

É o relatório.

Decido.

A despeito das alegações expendidas, constata-se que a decisão embargada analisou fundamentadamente todas as questões submetidas ao crivo do Superior Tribunal de Justiça, nela não se apresentando nenhum dos vícios de expressão elencados no art. 619 do Código de Processo Penal (ambiguidade, omissão, contradição ou obscuridade).

A decisão embargada foi clara e expressa ao concluir que o embargante não se desincumbiu do ônus de comprovar o dissídio pretoriano nos moldes do art. 266, § 4º, do RISTJ, uma vez que não basta a transcrição de ementas e excertos dos julgados para comprovar a divergência jurisprudencial, deve-se, no entanto, expor as circunstâncias que identificam os casos confrontados, impondo-se a absoluta similitude

Superior Tribunal de Justiça

fática entre o acórdão embargado e o paradigma com tratamento jurídico diverso.

Ademais, a contradição autorizadora da oposição dos aclaratórios deve ser interna à decisão, verificada entre a fundamentação do julgado e a sua conclusão.

O que se revela, nitidamente, é a pretensão infringente do embargante, operada em via imprópria a esse desiderato, à míngua de omissão, de contradição ou de obscuridade na decisão embargada.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

